

CONHECIMENTO TRADICIONAL E MEMÓRIA OUTRA: SUJEITOS E SENTIDOS CAPTURADOS.

Edna André Soares MELO
(edna_asm@terra.com.br)

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)
Doutoranda pela Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP)

Assumir uma postura reflexiva diante das noções teóricas que constituem a Análise de discurso de linha francesa implica desnaturalizar práticas discursivas e/ou resignificá-las. Nesta direção, nossa proposta é discutir a noção de memória, colocando-nos frente à questão do acontecimento e do esquecimento os quais simultaneamente constroem a ilusão da originalidade do sujeito e da transparência dos sentidos.

Tomamos como campo de estudo a forma-sujeito-índio inserida no contexto de escrita “administrada” pela instituição escola/universidade. Para situarmos a noção de **escrita e oralidade**, que aqui defendemos, retomamos os trabalhos de Gallo (1994), ao definir o discurso da oralidade e o discurso da escrita. Para ela, a escola considera a existência de uma correspondência direta entre textos escritos e orais e que, por outro lado, a Escrita, aí, está reduzida a um grafismo e a Oralidade a uma oralização. Esta pesquisadora caracterizou o sujeito da Oralidade como aquele que não se posiciona no confronto de Formações Discursivas dominantes. A função-autor, nesse caso, não ganha ressonância de um lugar discursivo legítimo e não produz o fechamento e a unidade de efeito. Diferente desta prática, Gallo afirma que o discurso da escrita caracteriza-se pelo confronto de Formações Discursivas dominantes (que pode ser o próprio discurso pedagógico, o indígena, o acadêmico ou outros). Portanto, segundo esta autora, o sujeito da Escrita é um sujeito que se constitui na fronteira de outros discursos, na prática da **Textualização** (Gallo, 1994). Esta prática possibilita ao sujeito inscrever-se em outro discurso institucionalizado.

Nesta perspectiva, a memória é considerada como um lugar de falha, tanto da língua quando do esquecimento, necessários à constituição do efeito-sujeito. A memória tem suas características em relação ao discurso - é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que Orlandi (1999, p. 31) chama de memória discursiva: o saber que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído; o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

No caso da escrita produzida pelos índios em condições de alunos universitários, numa instituição que tem o seu modo próprio de produção e circulação do saber; dadas as condições de legitimidade e de poder que ela possui, historicamente, perguntamos: a) Que estatuto de escrita há na relação entre o sujeito índio ao “escrever no papel” e a pesquisa realizada por ele mesmo sobre as histórias e crenças de seu povo, na expectativa de preservar a sua cultura? b) No confronto da Formação discursiva do conhecimento tradicional (memória oral) com a memória Outra (a que se dá pelo evento discursivo) como se constituem o sujeito e o sentido deste acontecimento?

Com o intuito de compreender o processo de filiação do sujeito índio à memória Outra, transcrevemos, abaixo, recortes de enunciados produzidos por acadêmicos índios, como autores de textos informativos, publicados nos Informativos do 3º Grau Indígena da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Barra do Bugres/MT, ao se referirem à importância da escrita e da pesquisa para eles.

(1) “Existe no Projeto 3º grau Indígena, acadêmicos que estão realizando sua pesquisa sobre a realidade do seu povo, para não perder seus valores. **Cada etnia está registrando sua identidade no papel.** Antigamente os povos indígenas não sabiam escrever e ler, eles guardavam suas histórias na memória. Atualmente **nós escrevemos nossas histórias no papel para ficar registrado** e assim ensinar os alunos na escola”. (Importância da pesquisa - Jeika Kalapo – Informativo número 9/2004).

(2) “**A pesquisa escrita guarda a memória de um povo** para que todos que necessitam tenham acesso a ela”. (Pesquisa- Maria Devanildes Kayabi- Informativo número 8/2003).

(3) “Começamos a pesquisar com os velhos e **anotamos tudo que eles falavam**, a idade e o nome da aldeia que eles moravam”. (Pesquisa-Paulo Tsererawa- Xavante- Informativo número 2/2002).

(4) “Ao longo dos anos **a escrita** tem evoluído até alcançar a forma gráfica que usamos hoje **para nos comunicar, ou registrar fatos que acontecem em nossas vidas. Quebrou, de certa forma, a velha tradição da memorização, como meio de lembrar algo que já nos aconteceu no passado.** Em que os nossos antepassados usavam a oralidade para contar suas façanhas e glórias”. (Escrita- Erlon Santos- Pataxó- Informativo número 7/2003).

Na análise de discurso as condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. No nosso caso específico para esta breve análise, observamos que os índios por estarem na universidade, acionam a memória de tudo o que sabem sobre esta instituição, que adquiriram por meio do contato com professores, pesquisadores, com textos científicos e participação em eventos acadêmicos, por exemplo. Na posição de acadêmicos e sob a orientação de professores e monitores dos cursos específicos para os índios e na expectativa de preservarem sua cultura, muniram-se de gravadores, cadernos de anotações e foram em busca de registrar as histórias contadas que, segundo eles, estão sendo esquecidas ou não praticadas mais pelo seu povo. Com a autoridade de um pesquisador, os índios abordam seus informantes, solicitando narrações de suas “façanhas e glórias”, haja vista que a eles (os acadêmicos) cabe a função de registrar a sua cultura. Figura institucionalizada por sua comunidade como mais uma função social coletiva e plural, ou seja, o acadêmico é um indivíduo que abraça mais de uma função.

Segundo Souza (1998, p.159), o relato de histórias e de narrativas ontológicas varia segundo quem conta; da mesma forma, as expressões não-verbais. Por isso, torna-se necessário pensar o que é instituição na sociedade indígena. Para os índios, conforme nos afirma Souza (idem:ibidem), a figura da instituição pode estar refletida na Música, no Contar de História, na cestaria, na pintura corporal. Para assumir estes papéis, não há regras explícitas de pertencimento (...). A eleição daquele que é visto como Contador de história acaba instituído no coletivo da organização social, quando, então, os indivíduos passam a ter essas funções e assim são reconhecidos.

Nesta perspectiva, o que é produzido e reproduzido representa a memória constitutiva do grupo, instaurada no curso do que é dizível, repetível, interpretado. Por isso mesmo, são textos que podem ser tomados como tendo uma autoria coletiva e a leitura que deles se faz é de natureza polissêmica (Souza, *idem*).

Neste contexto “imediató”, a sociedade indígena que está tendo acesso à escrita da sua língua materna ou da língua portuguesa, institucionaliza e legitima uma função na aldeia: daquele que será autorizado a registrar no papel a sua história. Esta posição de sujeito índio mobiliza um saber da/na memória Outra, História da Escrita, na qual o índio, agora, como estudante universitário, tem acesso a textos, esses e outros. Desta forma, pouco a pouco vão assumindo a posição de um discurso acadêmico.

Orlandi (1999, p. 14-15) afirma que o índio não está mais confinado à sua aldeia. A situação de ensino é uma situação de contato, ou seja, transcultural. Atualmente, é preciso pensar o índio **fora da aldeia**. Não como um caso isolado, mas como forma atual do contato. A relação do índio é com a cidade e com o que ela significa na organização da cultura ocidental com sua escrita. Essa mudança de limite muda o espectro do contato, da relação de diferença e das práticas possíveis, assim como suas conseqüências, não só para o índio, mas para a sociedade brasileira em geral. Sendo assim, este processo de contato tem os seus dois lados nos quais os educadores índios e não índios se transformam.

Analisando os enunciados (1), (2), (3) e (4), observamos que os estudantes universitários indígenas da UNEMAT acreditam que a linguagem é um instrumento de comunicação; tem-se, conseqüentemente, um indivíduo, anterior à linguagem, que lança mão desta como meio para comunicar-se. Por ora, a língua lhes serve para “registrar”, “anotar”, “passar para o papel” fatos, histórias da cultura, desconsiderando, assim, as condições de significação da escrita e da leitura.

A linguagem, como meio objetivo de comunicação, tem a língua como código. Esse código deve, portanto, ser dominado pelos falantes para que a comunicação possa ser efetivada (Travaglia, 1998, p. 22). Este fato se justifica pelo funcionamento discursivo das combinações **em + a (na)**; **em + o (no)** os quais indicam lugares estáticos com a função de guardar, preservar um fato como se preserva os outros artefatos produzidos pelo seu povo, tais como as cestas, as vestimentas, os instrumentos musicais. Esta postura aponta, portanto, as determinações fisiológicas da feitura do texto, ao dizerem: “(...) escrevemos nossa história **no papel**”; **“anotamos tudo que falaram”**. A discursividade deste dizer está inscrita na memória Outra de preservação e resgate de uma cultura.

Para Telmo Marcon:

Pensar que existe uma cultura no passado a ser resgatada, condição para a identidade dos grupos indígenas, é uma posição profundamente equivocada. Não existe cultura estática. Toda cultura incorpora, mais ou menos, elementos do contexto e as mudanças que ocorrerem podem ter ritmos diferenciados, mas toda a cultura e linguagem sofrem transformações no tempo (1995, p. 132).

Para nós, o discurso da preservação tem suas práticas em políticas protecionistas que sustentam a tutela, contraditória com a luta do povo indígena em busca de sua autonomia, sobretudo, intelectual.

Neste contexto, trabalhar a língua como código afasta o indivíduo falante do processo de produção, do que é social e histórico, na língua. Assim, querer reduzir o discurso indígena a sons grafados e transcritos para aproximá-lo ao discurso da Língua Portuguesa para, com isso,

chegar-se a uma educação indígena, talvez seja outro equívoco, diz Gallo (1996), em suas reflexões sobre um trabalho realizado com os índios Ticuna, no Amazonas. Portanto, diferentes concepções de linguagem desembocam diferentes práticas.

Para a Análise de Discurso, o sujeito não escolhe consciente e voluntariamente seu dizer; na verdade são as posições de sujeito que determinam uma forma de dizer, sempre-já-lá instituída. O sujeito é, mais exatamente, dito pela linguagem. As rupturas se dão justamente nas fronteiras, nas interfaces, na interdiscursividade.

No enunciado (4), o índio diz que **“a escrita (..) quebrou, de certa forma, a velha tradição da memorização, como meio de lembrar algo que já nos aconteceu no passado.** Analisamos que há uma forte contradição neste enunciado. O sentido da quebra, da ruptura faz um contorno nas fronteiras de seus sentidos ao retomar, pelo conectivo “de certa forma”, a memória de uma cultura oral, em confronto com a memória da escrita, tensão esta que promove um novo evento discursivo. Pêcheux (1984) fala em “evento discursivo” como acontecimento que coloca em confronto, no mínimo, dois discursos concorrentes. A estrutura se submete a um acontecimento que o reformula, produzindo um novo efeito.

Concluindo, podemos afirmar que, o novo efeito de sentido para a qual a nossa análise aponta, é de uma resignificação da tradição oral, diante de práticas sociais (institucionais) de escrita de uma memória Outra, a qual promove o esquecimento necessário à constituição do sujeito índio, que se inscreva no interior do formulável, para se constituir como autor. A assunção de uma autoria acadêmica formulada no interior do conhecimento tradicional colocará questões à cultura do não-índio e à do próprio índio, além de deslocar o estatuto de ciência como espaço do sujeito branco.

Bibliografia

GALLO, S. L. *Discurso da escrita e ensino*. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1995.

_____. *Texto: como apre(e)nder esta matéria*. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1994.

MARCON, T. “Escrita e oralidade: cultura e linguagem na formação de professores” Dossiê Diversidade Cultural e Educação Indígena. N.15. Série Estudos. (jan./jun.2003). Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande/MS.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

SOUZA, T.C. C. “Gestos de leitura em línguas de oralidade”. In.: Orlandi, E. (Org.) *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 1984.